

INTRODUÇÃO OU SOBRE SEGUNDOS ESCALÕES

LILIA MORITZ SCHWARCZ

Universidade de São Paulo

Resumo

O presente artigo comenta aspecto da obra de Antonio Candido, tendo como objeto e fio condutor o livro *Um funcionário da monarquia: ensaios sobre o Segundo Escalão*. Mais do que uma biografia, a trajetória de Nicolau Tolentino serve de pretexto para que o crítico refaça percursos sentimentais, e de sua família, mas também reverbere alguns conceitos presentes em sua obra estendida. Estamos falando de temas como radicalismo, favor, filhotismo e conservadorismo; práticas que caracterizam o Império brasileiro, mas também uma forma de fazer política, uma certa sociabilidade local.

Abstract

This article focuses a particular aspect of Antonio Candido's work, having the book "Um funcionário da monarquia: ensaios sobre o segundo escalão" as object and guidance. More than a biography, the trajectory of Nicolau Tolentino may be seen as a kind of pretext for the critic to deal with different subjects: family, conservatism, radicalism, "favor". All of them may be understood as important concepts that define a particular way of making politics in the Brazilian empire.

Palavras-chave

Antonio Candido;
Percursos
sentimentais;
Radicalismo;
Favor;
Conservadorismo;
Império brasileiro;
Funcionários
públicos;
Modelos de
apadrinhamento

Keywords

Antonio
Candido;
Sentimental
course;
Radicalism;
"Favor";
Conservadorism;
Brazilian
empire;
Civil service
employees;
Favoring models

Já se foi o tempo em que a historiografia nacional se dedicava a estudar, com exclusividade, personagens vitoriosos e envoltos na aura dos “bem sucedidos”. Ao contrário, uma série de estudos tem se dedicado a investigar agentes anônimos, personagens humildes, ou mesmo sujeitos históricos cuja vivência ao invés de resultar num histriônico sucesso, acabou em retumbante fracasso. Se esse não é exatamente o caso em questão, de toda maneira vale a pena prestar atenção na trajetória desse agente um tanto desconhecido, que por mais que tenha se dado bem na política do Segundo Reinado, nunca foi um protagonista afamado ou esteve envolto em episódios mais exemplares ou dignificantes.

Estamos falando de Nicolau Tolentino, nascido em setembro de 1810, na zona rural de São Gonçalo, local que depois ganharia o nome de cidade de Niterói. Filho de lavradores modestos, Tolentino seguiria carreira no funcionalismo público, ocupação que na época era entendida como uma “cadeia da felicidade”; uma forma de estar perto dos “donos do poder”. Essa é também a personagem selecionada por Antonio Candido, nessa pequena biografia afetiva: um perfil delicado deste que foi o avô de sua mãe e de quem ouvira, desde menino, muito falar.

No entanto, e como bem mostra Antonio Candido – nessa investigação cuidada, que tomou dez longos anos de pesquisa e fez o estudioso familiar passar por vários acervos e documentos –, essa carreira fora consagrada ao Segundo Escalão, conforme já revela o subtítulo do belo livro *Um funcionário da monarquia: ensaios sobre o Segundo Escalão*. Mas se a história tem sido severa com aqueles que não ocupam postos de maior evidência, a partir deste livro Tolentino foi retirado do esquecimento e do jogo seletivo da memória oficial para se converter em artífice principal da narrativa. Uma história que conta a trajetória deste *self-made man* num contexto em que o que se afirmava como qualidade maior não era o desempenho, mas antes o “favor”.¹

¹ Voltaremos ao tema mais à frente neste mesmo artigo.

Por outro lado, nessa sociedade tão bem definida por Machado de Assis a partir da figura do Medalhão, ser funcionário público era não só garantia de um porto-seguro, como de renda, prestígio e posições bastante estáveis; nesta estrutura que se entendia como “tradicional”, mas investia em títulos honoríficos como forma de driblar a provisoriedade de uma monarquia Bourbon e Bragança inesperadamente instalada nos trópicos.²

Ao contrário, no Rio de Janeiro de meados para o final do XIX abundavam nobres, entre alguns poucos condes, raros duques, certos marqueses e muitos barões (sobretudo os “sem grandeza”), que desenhavam em seus brasões a tradução dessa nova heráldica tropical: ao invés dos temas simbólicos e consagrados, eram no Brasil as moscas, eventos históricos datados, plantas e até negros que figuravam nos brasões dessa nobreza recente, fruto em boa parte dos ganhos da cafeicultura.³ E Tolentino seria até Conselheiro, ascendendo como podia nesta sociedade, que sem ser estamental, também se movia pelo lustro e pela demonstração de honraria.

É por isso que a despeito de não ser “típico”, Tolentino foi absolutamente representativo de seu contexto; um tipo social daquele tempo – como bem mostra Antonio Candido –; um alto funcionário que extravasa a burocracia sem, porém, chegar a uma liderança de maior abrangência. Esses casos mostram como a história é feita de atos cotidianos, banais até, e como a construção do Império restava nas mãos da burocracia estatal, tão afeita a regras e ordens pré-determinadas.

Ao analisar as crenças de um moleiro de Friuli, o historiador Carlo Ginzburg mostrou como o que interessava entender a partir da figura de Menocchio não era o fato de ele bem representar o pensamento campesino da época; ao contrário, era em suas ambiguidades e ambivalências que residiam as possibilidades de anunciar todo um universo mental presente naquele contexto, mas apagado pela mão forte do tribunal da inquisição ou pela voga dos homens pouco afeitos à lembrança da memória e da cultura oral.

No caso de Tolentino, é possível dizer que, sem pertencer à camada popular, também não fez parte da elite dos bem-nascidos. A personagem poderia ser definida como membro de um grupo significativo numericamente, o funcionalismo, que com o crescimento urbano ganhava maior proeminência tanto em termos de quantidade como de qualidade. Ou seja, a partir de 1859 já existia alguma chance de se ascender na hierarquia administrativa do Império por meios próprios. Por outro lado, desde os anos 1870, tomava vulto a figura do profissional liberal (mais claramente caracterizados a partir do grupo dos bacharéis: médicos e advogados), provenientes das faculdades locais. No entanto, sem dependerem totalmente da agricultura e da grande propriedade, tais carreiras também não eram

² Machado de Assis. “Teoria do medalhão”. In: Machado de Assis. *Papéis avulsos*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte, Garnier, 1882/1989.

³ No livro *As barbas do imperador*, (São Paulo, Companhia das Letras, 1999) tive oportunidade de desenvolver com mais cuidados uma reflexão sobre o processo de nobilitação no Brasil. Vide também, entre outros, interessante reflexão de José Murilo de Carvalho no livro *Teatro de sombras* (Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1980).

autônomas ou independentes, e sempre tiverem no Estado seu maior cabide de emprego. Desta maneira, esses senhores vivenciavam uma situação paradoxal: sua posição lhes franqueava uma independência decisória que a realidade da governança do Império acabava por negar.⁴

Por fim, numa sociedade que tinha preconceito e ojeriza ao trabalho, sobretudo o manual, e que o identificava aos escravos, sujeitos que efetivamente trabalhavam eram vistos, no mínimo, sob suspeita. E esse foi o caso de nossa personagem, que conheceu suas glórias, mas as perdeu também. Tolentino exemplifica, pois, a trajetória das nascentes camadas médias brasileiras que, sem assistir de camarote ao teatro do Império, procuravam à sua maneira tomar parte do espetáculo que então se montava. Aí está, conforme define o próprio autor desta biografia: “um perfil com valor de paradigma”.

“Um tal de Tolentino”: sobre uma trajetória tão comum que é por certo diversa

Segundo Antonio Candido, pouco se sabe sobre a formação de Nicolau Tolentino. O encontramos já em fevereiro de 1826, pedindo para ser nomeado como praticante não-remunerado na Mesa de Consciência e Ordem; uma maneira de entrar na carreira do funcionalismo de forma convencional, e seguindo as regras do jogo imperial. Parece que teria logrado a nomeação logo neste momento, mas sua vida funcional começaria, na verdade, apenas dois anos depois. O fato é que ele seguia a tradição da família, que consistia em se aferrar a seu posto (e “à vassoura que varria o chão da repartição”) até conseguir qualquer forma de efetivação. Tolentino seguia também a prática dos favores e mercês que grassavam então, e que garantiam um bom posto a partir de um relativo controle das relações pessoais.

Funcionários públicos eram justamente, e em geral, aqueles que carregavam uma boa carteira de nomes em seus bolsos e coletes, e que se contentavam em começar por baixo. Por isso é que se sugere que, antes de ser nomeado para o posto de praticante, nossa personagem atuou como contínuo ou servente, até obter algum ganho significativo ou posição oficial. Antonio Candido atesta que Tolentino sabia, a essas alturas, duas línguas estrangeiras e possuía boa biblioteca em casa, o que deveria diferenciá-lo dos demais pretendentes ao cargo, ainda mais no contexto do Rio de Janeiro; atrasado culturalmente e quase sem livrarias públicas.

E a carreira parecia lhe assentar bem, tanto que já em 1843 foi promovido a oficial maior e condecorado no grau de cavaleiro com a Ordem de Cristo. Ao que tudo indica, já angariara alguma fama como bom funcionário, uma vez que em 1845 acumulava a função de inspetor interino da Alfândega do Rio de Janeiro, recebendo nova condecoração da Ordem da Rosa, já no grau de oficial. Tal cargo combinava com a comenda, sobretudo nesta “sociedade de mercês e prebendas”, e cuja atividade comercial, e no porto do Rio de Janeiro, avolumava-se. O posto

⁴ Para uma leitura mais ampla do perfil desses novos profissionais liberais do Império sugiro, entre outros, José Murilo Carvalho. *Teatro de sombras*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1986.

facultava, por fim, o *ticket* de entrada para uma categoria social nova, pertencente prioritariamente às camadas sociais mais altas; o que pedia por uma união também à altura. Já se delineia, portanto, o perfil do homem que consegue ascender nessa estrutura que misturava classe com honraria: uma boa capacidade de trabalho com boas qualidades para agenciar e negociar bons empregos e posições.

Para a mentalidade prática de Tolentino, casamento era como um contrato rentável, e tratava-se de encontrar a noiva certa, conforme os bons padrões da época. Tolentino nesse momento já contava com 34 anos feitos, e encontrou uma noiva de 22, que para os costumes do tempo, já estava um pouco “passada”; sem beleza, mas de família estável e com posses. Mariquinhas era filha de fazendeiros de Inhaúma, os quais possuíam terras também na Barra da Tijuca. A família formou não só militares como juristas, e correspondia exatamente ao padrão que Tolentino procurava. A noiva era também, por parte de suas primas – a Viscondessa de Cananéia e a Baronesa de Massambará –, parente de alguns dos maiores fazendeiros de café da Província do Rio de Janeiro. E, por onde se olhasse, as relações de parentesco de Mariquinhas pareciam recomendadas para um burguês funcionário, que procurava dar algum grau de estabilidade e de “tradição” para a sua carreira que, a essas alturas, ascendia a olhos vistos e começava a mostrar-se promissora.

O perfil do casal também atesta a existência de certo aburguesamento durante o Império, que permitia a entrada de novos elementos nos circuitos considerados mais aristocráticos da corte. Por outro lado, aí estava uma nobreza, ela própria, criada por mérito, e que, diferente da europeia, conseguia seus títulos não em função do nascimento, mas antes das conquistas mais mundanas que ia realizando. Se boa parte dela era proveniente do café – e, portanto, também não carregavam qualquer tradição ou “berço”, segundo os termos da época –, alguns poucos funcionários públicos desmentiam a ideia da rigidez alardeada por esta sociedade.⁵ E nosso Tolentino seria um deles, galgando posições e honrarias a partir dos serviços que prestava e das boas relações que agenciava.

Quando em 1846 lhe nasce o filho primogênito, Tolentino sofre seu primeiro revés nesse mundo nada fácil da política: perde o cargo de inspetor interino da Alfândega. O cargo era bom e garantia visibilidade nesse mundo em que quase tudo passava pela alfândega e por seu controle. Nosso funcionário foi rigoroso demais, nesse ambiente do “jeitinho” e perderia o lugar por não negociar.

No entanto, já em 1859 encontrava-se Tolentino nomeado para dirigir a Segunda Contadoria da Diretoria Geral de Contabilidade. Morava então na rua do Catete 102, e o posto de contador, ou melhor de contador-chefe, representava uma nova e importante etapa na carreira, a qual, mesmo com certos tropeços, lhe

⁵ Vide, entre outros, Rui Vieira da Cunha. *Estudo da nobreza brasileira*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1966. 2 volumes; Rui Vieira da Cunha. *Figuras e fatos da nobreza brasileira*. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Arquivo Nacional, 1975; Vera Lúcia Bottrel Tostes. *Estrutura familiar e simbologia na nobreza brazonada; províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, século XIX*. Dissertação de mestrado, Departamento de História, USP, São Paulo, 1989. Vera Lúcia Bottrel Tostes. *Princípios de heráldica*. Rio de Janeiro, 1993.

corria bem. Tanto que em agosto de 1852 o casal seria convidado para participar do baile que o Imperador ofereceu ao Corpo Legislativo no Palácio da Cidade. Sem ser bem-nascido, nossa personagem era bem casada e o convite significava um comprovante simbólico de pertença a essa sociedade das marcas estritas. Antonio Candido, assim, como uma espécie de detetive de arquivos, mas atento a símbolos e marcas rituais, vai conduzindo assim seu leitor por essa trajetória que, não sendo exponencial, representa exemplarmente certo grupo, afeito a demonstrações de inclusão social. Fazer parte do circuito do rei era uma dessas marcas, e compartilhar dos eventos da Corte era sinal certo de ascensão social.

E Tolentino conheceria novas guinadas ao ser chamado para consolidar e amortizar a dívida pública da República Oriental do Uruguai com o Brasil. Logo se mudaria com a família para Montevidéu, e o posto significaria, como bem mostra o biógrafo, uma inflexão na carreira de Tolentino, mais acostumado com a rotina burocrática. Tratava-se de um acordo datado de 1851 entre os dois países, e o objetivo final era definir de que maneira, como e quando, as somas que o Uruguai devia ao Brasil – desde a independência de 1828 – seriam ressarcidas. Em Montevidéu, Tolentino estreitaria relações com Paranhos, então no começo de sua fulminante carreira política.

Por sinal, participar dessa contenda era presenciar a disputa de um local estratégico dentro da lógica política do Segundo Reinado. A região do Prata apresentava uma temperatura elevada já nesse contexto, e uma colaboração com o Uruguai bem que viria a calhar.⁶ Tolentino surgia, assim, como “homem de confiança” de Paranhos e sua participação lhe franquearia o reconhecimento do governo. E a recompensa viria sob a forma do título de conselheiro; galhardão polpudo na lógica do Império. Sem ser Conselheiro do Estado – privilégio honorífico e hereditário de apenas doze membros e doze suplentes –, nossa personagem ganhava uma mercê basicamente honorífica, mas que possuía um valor especial dentro dessa estrutura monárquica, afeita a esse tipo de reconhecimento e de demonstração.

E Tolentino entraria numa maré de sorte ao ser indicado, em 1856, como fiscal do Banco do Brasil; depois como vice-presidente da Província do Rio de Janeiro; para por fim exercer a presidência no lugar de Luís Antônio Barbosa que se licenciara para ocupar a cadeira de deputado geral pelo Partido Conservador. Como bem assinala Antonio Candido, era a primeira vez que a Província mais importante do Império – de onde surgiam as vogas culturais, e também as determinações políticas e econômicas – era governada por um funcionário sem maior

⁶ A chamada região do Prata foi estratégica durante todo o período do Segundo Reinado, até o começo dos anos 1870, quando termina a desastrosa guerra do Paraguai. Tanto, que a política na região é entendida pelos estudiosos do período, como o momento de apogeu, mas também de declínio da Monarquia brasileira. Sobre o tema vide, entre outros, Francisco Fernando Monteoliva Doratioto. *O conflito do Paraguai. A grande guerra do Brasil*. São Paulo, Ática, 1996; José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem. A elite política imperial*. Rio de Janeiro, Campus, 1980, UFRJ/Relume Dumará, 1996; José Murilo de Carvalho. *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro, Vértice, IUPERJ, 1988. UFRJ/Relume Dumará, 1996.

trânsito nas altas burocracias do Segundo Reinado, e mais: sem filiação a partido político. Essa era a época em que se digladiavam conservadores e liberais, e que o imperador, para garantir o controle, oferecia cargos a ambos os partidos de maneira quase previsível. É certo que o período era de conciliação entre os dois partidos, o que mais uma vez favoreceu a aceitação de nosso amigo.

Mesmo assim, o fato de Tolentino não ser um Parlamentar, ou um político consagrado ao exercício da função, causou certa estranheza. Por certo, nomeando-se um funcionário de carreira, se procurava aplacar o absentismo que era prática política costumeira nesse momento, assim como melhorar a qualidade técnica dos serviços prestados.⁷ Não poucos presidentes mal puseram o pé na sua Província e o momento merecia toda atenção. Depois da lei que terminou com o tráfico de escravo e da Lei de Terras que condicionou a propriedade rural, o contexto era de apreensão geral e seria bom contar com um funcionário presente. Por sinal, Tolentino atuaria mais como funcionário técnico do que como político dado a honras e méritos e a recepção de começo pareceu das mais positivas.

Não obstante, a simpatia inicial se transformaria rapidamente numa oposição radical. Enquanto nossa personagem compactuou com a política local, ninguém lhe negava uma boa apreciação. Já quando se viu obrigado a empreender reformas contrárias aos interesses dos diferentes grupos políticos a reação não se fez esperar e acabou por resultar na saída do nosso leal funcionário. Tolentino parece ter tomado a sério (demais) sua nova função, e passou a implementar reformas na educação, na inspeção pública, na administração, e até mesmo no clero: era afinal um bom funcionário e não um político de carreira. O fato é que a oposição movimentou-se de maneira rápida e efetiva: se até então jamais havia existido oportunidade para se lembrar da origem social do presidente, é exatamente nesse contexto que a “real” situação surge sublinhada, como um marcador de diferenças, e se ilumina para distinguir competências. E assim, as novas medidas ao invés de serem entendidas como acertadas e até necessárias, foram em seu conjunto consideradas, como escreve Candido, “de uma petulância intolerável”. Os termos oscilavam ao sabor dos humores, e não se admitia que um obscuro funcionário quisesse executar posturas jamais imaginadas pelos poderosos estadistas que haviam lhe antecedido no cargo.

Tolentino confundia eficiência com autonomia, e seus atos não combinavam com o filhotismo político largamente praticado. O que se esperava do funcionário “capaz” era apenas um pouco de tintura numa sociedade que abusava dos favores e dos privilégios do emprego público. E Tolentino insistia, tentando coibir, por exemplo, o abuso de licenças e afastamentos remunerados, ou o arbítrio das nomeações. Promoveu, pois, a formação de juntas administrativas assim como estabeleceu concursos de ingresso e promoções sem saltos previamente definidos.

⁷ Sobre a prática do absentismo político vide também o interessante artigo de Sérgio Buarque de Holanda. *O Brasil monárquico* 5. In: Sérgio Buarque de Holanda. *O Império e a República*. 2 ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Difel, 1977.

Não é difícil, portanto, entender como se organiza a oposição a Tolentino, e não vale a pena repetir os exemplos bem selecionados por Antonio Candido. O fato é que deputados e políticos da Província, outrora impressionados com o bom funcionário, agora pressionavam por sua demissão. E Tolentino, isolado politicamente, seria obrigado a deixar a Presidência, alegando uma doença recém-contrada. Por sua vez, a nomeação de Almeida Pereira parecia uma espécie de desforra, uma vez que o político era quase um anti-Tolentino. Era bem-nascido; formara-se bacharel em direito pela prestigiosa escola de São Paulo; era fazendeiro rico, deputado geral e colega de estadistas eminentes. Enfim, temos aí um típico exemplo dos políticos do Império.

Como bem conclui Candido, o conflito que levou à demissão de Tolentino bem representa a nossa tradição administrativa, que provém da formação ibérica, a qual sempre apostou em conciliações e no caráter de prebenda.⁸ Havia aí um conflito de mentalidades. Longe da tradição luterana e racional, no Brasil imperava o senso de patrimonialismo, e Tolentino deve ter tido pouco tempo para aprender acerca dessa arte de negociação e da acomodação, durante sua formação como funcionário público.

Por sinal, os termos dos artigos de jornal, que Antonio Candido reproduz, revelam o preconceito vigente nesse país, que sempre desconsiderou o trabalho cotidiano. É por isso que se sua condição de funcionário de formação em um primeiro momento (o da sua indicação) não foi destacada – ou melhor, foi até elevada –, já nesse segundo contexto apareceu como uma espécie de juízo final a se abater sobre Nicolau Tolentino. É nesses momentos que aparece o famoso discurso do “você sabe com quem está falando”, e o universo de “pessoas” – com seu cartel de relações – se impõem ao dos indivíduos.⁹ Sem vínculos sociais a fortalecê-lo, Tolentino voltava a ser caracterizado, e mal caracterizado, meramente a partir de sua função; o que representava muito pouco nesse mundo das mercês e dos cargos simbólicos. Seu lugar era na burocracia e não nos postos de mando; que pareciam cair melhor nas mãos de políticos de formação e, sobretudo, bem-nascidos.

Mas se a passagem pela Presidência da Província acabou de maneira desastrosa, o fato é que não condicionou ou afundou o futuro de Tolentino. Já em 1861 ocupava o segundo gabinete presidido pelo marquês de Caxias, cujo mentor era o então ministro da Fazenda, José Maria da Silva Paranhos, que parece não ter se esquecido do antigo protegido. De maneira que Tolentino seria logo nomeado como membro do Conselho Fiscal, da recém-fundada Caixa Econômica. Se não tinha jogo de cintura, parece que lhe sobrava competência técnica; mercadoria rara nessa sociedade marcada pela falta de profissionais bem formados. Passaria a atuar novamente na Alfândega, como vimos uma das mais complexas repartições do Ministério da Fazenda. Nossa personagem aceita o cargo, mas a contragosto, e apenas como de-

⁸ Para uma boa discussão sobre a importância ibérica na nossa formação sugiro, entre outros, Richard Morse. *Espelho de Próspero*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

⁹ Refiro-me aqui ao famoso ensaio de Roberto Da Matta “Você sabe com quem está falando?” In: *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro, Record, 2005.

monstração de amizade a seu antigo protetor. A sua última experiência lhe custara muito, e fora obrigado a engolir o orgulho, quando pediu a demissão.

E rapidamente Tolentino se veria envolvido em mais um conflito por conta de sua incontornável “mania” de sanear os lugares por onde passava. Demitido em 1862 pelo próprio imperador, seria derrubado mais uma vez do mesmo cargo. Esse acúmulo de passagens desastrosas faria com que Tolentino se convertesse em bardo de sua própria sorte. Publicaria um livro, que serve, entre outros, como bom testemunho da prática endêmica do patronato; entendida por Tolentino como “uma peste!”. O caso recente vivenciado na Alfândega, assim como a experiência como Presidente de Província só comprovavam a lógica deste regime que se baseava no favor, na clientela e no “aproveitamento geral”, que fazia parte da prática de várias camadas sociais. Não se pode ir contra toda uma sociedade, e a intransigência de Tolentino era prova de pouca “sociabilidade”, ou melhor, do uso pouco flexível e adaptado da sociabilidade.

Mas a situação começaria de novo a mudar, e em 1871 já vemos Tolentino ser nomeado para o Conselho Fiscal da Caixa Econômica; a mesma função que exercera de 1861 a 1862. O mundo dá voltas e parece que sobravam espaços para funcionários de boa formação. Ele receberia mais uma prova de prestígio em 1872, ao ganhar uma promoção na Ordem da Rosa: de oficial passava a grande dignatário. Aí estava, de fato, uma grande honra, que parecia forçar Tolentino a se acomodar às funções mais técnicas.

Em 1874, receberia nova função: seria indicado como diretor da Academia Imperial de Belas Artes e da Pinacoteca, cargos que exerceu até março de 1888. Nesse caso, porém, valeu-lhe mais seu pendor pessoal pelas artes, e o suposto de que lá atuaria apenas como diretor; simbolicamente como diretor. Mas a história seria mais uma vez diferente, para alguém que já havia demonstrado que uma posição, por mais paradoxal que possa parecer, não é nunca, e apenas, uma mera posição. Além do mais, naquele local, desde a sua origem, imperava a discórdia. São famosas as desavenças que opuseram o grupo de franceses chegados em 1816 e o grupo de portugueses. Cada qual reclamava para si os méritos suficientes ou direitos para exercer o mando na Instituição, e tal situação se perpetuaria durante o Segundo Reinado.¹⁰ Tolentino, disposto bem no meio da desavença geral fez o que pôde, e não poucas vezes acabou por optar pelo lado mais conservador. Esse é o caso de seu apoio ao grupo de Victor Meireles e ao modelo de nacionalismo oficial, e seu fechamento ao grupo Grimm, que nesse momento proclamava a necessidade de renovação no paisagismo e advogava a importância da pintura ao ar livre.

Mas o fato é que, com altos e baixos, a vida continuava. Casaria “bem” o filho, nessa política de aproximação com os poderosos; atuaria de maneira firme na

¹⁰ No livro *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João VI* (São Paulo, Companhia das Letras, 2008) narro um poucos as intrigas que haviam grassado naquele ambiente. Para uma visão mais abrangente, e que chegue até o Segundo Reinado, sugiro, entre outros, a leitura de: Adolfo Morales de los Rios Filho. *O ensino artístico: subsídios para sua história, um capítulo, 1816-1889*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942.

transformação de Poços de Caldas em instância termal, e veria o seu filho médico morrer no ano de 1878. Adoentado em 1888, e contando com 78 anos, Tolentino acaba por pedir demissão da Academia, acabando assim com sua longa carreira dedicada ao funcionalismo: foram mais de sessenta anos que o transformaram em “doutor” nesse tipo de atuação.

O derradeiro ato desta história, por dentro do Império, foi a promoção na Ordem de Cristo ao grau de Comendador, ainda no ano de 1888. A monarquia estava com seus dias contados e a Regente Isabel convidaria Tolentino para ir ao Palácio. Como conta Antonio Candido, esse narrador privilegiado, em letra trêmula Tolentino teria respondido que, sim, faria todos os esforços para estar presente, no dia seguinte, ao encontro. Não se sabe se o novo Comendador teria conseguido honrar ao compromisso. O fato é que a abolição ocorreria em cinco dias, e a Regente não teria tido tempo para reclamar, caso se sentisse contrariada em seu pedido. Quem sabe, teria sido informada, também, do estado de saúde de nossa personagem, que morreria em menos de dois meses, a 3 de julho daquele ano. Funcionário que ascendeu por competência e mérito, caso estranho ao ambiente de favores que pairava no Império, Tolentino não viu a Monarquia cair e muito menos a chegada da República que surgia alardeando, num primeiro momento, uma nova racionalidade e “civilização”.

Se Tolentino se adaptaria aos novos tempos não há como saber. Afinal, mal deu conta de entender com quantas medidas se fazia, exatamente, um bom funcionário do Império.

Como vestir os calçados do morto

O historiador Evaldo Cabral de Melo certa vez disse que é tarefa do historiador “vestir os calçados do morto”. Se não é preciso exagerar na responsabilidade, vale a pena prestar atenção na amplitude do desafio.¹¹ Não há como entrar em tempo alheio sem sentir certo estranhamento; notar que se está em um universo social distinto do nosso.¹² Os episódios que parecem, à primeira vista, mais hilários ou até dramáticos, ganham outra escala a partir da distância que só a temporalidade confere. Viaja-se no espaço, mas também no tempo, e Antonio Candido é mestre nesse tipo de condução. Nada como viajar bem acompanhado por esse crítico literário, que se transforma em historiador de carteirinha e também em detetive à procura de símbolos, sinais e indícios. Pois nessa trajetória não se procura apenas por grandes eventos, mas também por pequenos detalhes, que mas-sacram o cotidiano. Uma mercê, um convite para um baile, um artigo de jornal... Vários sinais vão compondo essa biografia de uma personagem que, regularmente, não ganharia tratamento como esse.¹³

¹¹ “Entrevista com Evaldo Cabral de Melo”. In: *Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Melo*. Lilia Moritz Schwarcz (org.). Belo Horizonte/São Paulo, Editora da UFMG/Perseu Abramo, 2008.

¹² Vide nesse sentido, Robert Darnton. *Grande massacre de gatos e outros ensaios de história cultural*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976

¹³ Referência ao método indiciário de Carlo Ginzburg. Vide *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

Documento é como fâsca e Antonio Candido parece não deixar passar qualquer traço desta personagem de segundo escalão, mais normalmente engolido pela pátina do tempo, que é sempre perversa com aqueles que não se destacam como artífices de discursos vitoriosos da nacionalidade. Por essas e por outras é que o livro *Um funcionário da monarquia* é um pouco um discurso ao revés. Ao revés, em primeiro lugar, porque seleciona um sujeito pouco destacado, ao menos para os moldes mais corriqueiros. Por outro lado, parece um pouco uma biografia pelo lado dos fundos, pois apresenta uma personagem que escapa aos modelos consagrados do Segundo Reinado, onde reinava incólume o filhotismo. Num mundo de medalhões e de apadrinhamentos, Tolentino era quase um peixe fora d'água que à sua maneira respirou.¹⁴ Não só Machado deixou registros sobre a inércia que pairava sobre o funcionalismo público.

Também Lima Barreto, em contexto um pouco mais tardio, mostrou como os funcionários da jovem República guardavam os costumes já consagrados durante a monarquia. “Mas, como dizia, todos nós nascemos para funcionário público. Aquela placidez de ofício, sem atritos, nem desconjuntamentos violentos; aquele deslizar macio durante cinco horas por dia; aquela mediania de posição e fortuna, garantindo inabalavelmente uma vida medíocre – tudo isso vai muito bem com as nossas vistas e os nossos temperamentos. Os dias no emprego do Estado nada têm de imprevisto, não pedem qualquer espécie de esforço a mais, para viver o dia seguinte. Tudo corre calma e suavemente, sem colisões, nem sobressaltos, escrevendo-se os mesmos papéis e avisos, os mesmos decretos e portarias, da mesma maneira, durante todo o ano, excetos os dias feriados, santificados e os pontos facultativos, invenção das melhores da nossa República”.¹⁵ O literato, que amargou o ofício de amanuense durante alguns anos, denuncia a prática do funcionalismo; não só o uso de privilégios como a inércia que se instalava sob todo aquele que ganhava tal função, mais entendida como uma dádiva.

Já nosso Tolentino foi em tudo diferente do padrão. Modelo de *self-made man* nossa personagem é quase um Dom Quixote um pouco envergonhado, uma vez que, apesar de lutar para melhorar a eficiência do funcionalismo e das repartições por onde passou, nunca foi “um inconformado”, como bem mostra Antonio Candido. Seguindo tal raciocínio, pode-se notar como algumas das interpretações mais conhecidas da obra do crítico literário aparecem como numa drágea nesse pequeno e inquietante livro de memória e de história. É possível pensar, em primeiro lugar, que Tolentino poderia ser definido como um “radical”; não um “revolucionário” perdido no Império de Pedro II. Se seguirmos o modelo proposto no belo ensaio de Antonio Candido, “Radicalismos”, fica fácil arriscar interpretar que nosso funcionário, com sua maneira um pouco enviesada, reafirmava carac-

¹⁴ Vide não só o famoso conto de Machado de Assis, “Teoria do medalhão”, já mencionado neste ensaio, como a obra de Lima Barreto. *Memórias do escrívão Isaias Caminha*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

¹⁵ Lima Barreto. “Três gênios de secretaria”, p. 2.

terísticas da elite brasileira, na qual o pensamento conservador corresponde a um traço fundamental.¹⁶

Afinal, segundo Candido, nossa oligarquia, em sua maior parte, sempre foi “radical”: propôs reformas importantes, mas sempre prevendo saídas harmoniosas e nada antagônicas. É certo que Tolentino escorregou por vezes, ao não entender que em certas situações nada se pode fazer contra uma estrutura assentada em ordens de privilégio e não de competência. Mas é certo que nunca atentou, também, contra o sistema e, ao contrário, acabou por conciliar, mesmo que às custas da própria carreira. Como bom “radical”, nossa personagem atuou de maneira progressista e transformadora, porém nunca revolucionária. Nunca se propôs a ser um intérprete da nação e muito menos pensava em projetos de maior envergadura, como os “radicais” que Candido analisa em seu ensaio: Joaquim Nabuco, Manuel Bonfim e Sérgio Buarque de Holanda. Não obstante, Tolentino era um “radical” do dia-a-dia, que desfazia de certas engrenagens silenciosamente acionadas.

O termo radical vem de raiz, e Tolentino nunca abriu mão dela; um bom exemplo foi seu apego irrestrito aos títulos honoríficos e aos convites que provinham da monarquia. Nosso funcionário sempre quis ser um Conselheiro e se orgulhou quando virou Comendador; apegou-se a essas promoções simbólicas como quem se agarra a uma boia de proteção. Afinal, elas eram sinais, visíveis para todos, não só de estima como de pertença. Pertença a uma elite de poucos e em geral bem-nascidos. Portanto, se nossa personagem pretendeu ascender a partir de méritos próprios, nunca abriu mão de títulos que lembravam mais uma sociedade de mercês e estamentos do que de promoção individual. Essa era mesmo uma nobreza de “méritos”, mais do que de nascença, haja vista a grande quantidade de barões sem nobreza provenientes da agricultura ascendente.

E Tolentino faria parte de um grupo ainda mais excepcional: não daqueles que subiam conforme enriqueciam, mas dos que ganhavam novos postos e títulos a partir da atuação pessoal e meritória. No entanto, nem por isso abriu mão das honras e prebendas: longe do mundo dos que recebiam títulos porque faziam parte do “mesmo clube” – e se reconheciam como tal –, nossa personagem entrou pela porta de serviço, mas jamais menosprezou tais honras que conferiam mais lucros simbólicos do que pecuniários. Sem ser exatamente contraditório, Tolentino era, pois, um “radical passageiro”.

Tolentino acomodou-se bem a essa sociedade de títulos copiados e traduzidos da Europa, justamente num momento em que no Velho Continente tentava-se, sem muito sucesso, apagar esse tipo de marca do Antigo Regime. Sem ser nobre, Tolentino acumulou títulos que para ele representavam escaladas perigosas nessa sociedade de alpinismos inesperados.

Paradoxalmente, essa era uma estrutura mais flexível do que outras contemporâneas à nossa, e que impunham mais obstáculos à ascensão, senão econômica

¹⁶ Antonio Candido. “Radicalismo”, *Revista do Instituto de Estudos Avançados*, vol. 4, n. 8, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1988.

ao menos social. Ascendia-se no Brasil, e ainda mais na Corte do Rio de Janeiro, pelo acúmulo de dinheiro, por posses, por posições políticas e também pelo mérito e competência. Raros o fizeram, mas Tolentino é exemplo forte demais para parecer um mero acaso. Como lembra Antonio Candido, na entrevista que concedeu na época da publicação deste livro, foi Sérgio Buarque de Holanda, no seu livro *Raízes do Brasil*, quem melhor destacou o lado informal da sociabilidade brasileira, e o caráter frouxo de nossas instituições nacionais; não sem lembrar que esse era traço negativo de nossa sociedade.

Não foram poucos os pensadores que atentaram para essa questão. Mas foi Sérgio Buarque de Holanda que, já em 1936, chamava a atenção para um traço definido da cultura brasileira, conhecido por meio da expressão de Ribeiro Couto, que afirmava que daríamos ao mundo “o homem cordial”. No entanto, para Holanda cordialidade não significava “boas maneiras e civilidade”. Na civilidade, dizia ele, “há qualquer coisa de coercitivo [...] é justamente o contrário de polidez. Ela pode iludir na aparência”.¹⁷ Na verdade, o famoso historiador estava mais interessado em entender como cordialidade vinha do “coração”, ou melhor, falava das relações pautadas na intimidade e na afetividade e que, portanto, desconheciam o formalismo. Tal qual um ética de fundo emotivo, no Brasil imperaria “o culto sem obrigação e sem rigor, intimista e familiar”.¹⁸

Raízes do Brasil trazia assim um alerta ao apego irrestrito dos “valores da personalidade” numa terra onde o liberalismo impessoal teria se caracterizado apenas como um “mal-entendido”.¹⁹ Em questão estava, dessa maneira, a possível – e desejável – emergência de instâncias de representação que se sobrepujassem às persistentes estruturas intimistas, que acabavam por impedir a formação de bases mais públicas e avessas ao patrimonialismo. Tolentino foi, a seu modo, uma vítima e um sobrevivente dessas estruturas. Seus reveses lembram a vida difícil de um funcionário que se faz por mérito e não por favores. Seus cargos, por sua vez, mostram como certa insistência e uma boa carteira de relações poderiam servir para contornar estruturas só aparentemente rígidas.

Também o antropólogo Roberto Da Matta retomou essa complicada relação entre esferas públicas e privadas de poder, mostrando a existência no Brasil de uma sociedade dual, onde conviveriam duas formas de conceber o mundo. Um mundo de “indivíduos” sujeitos à lei e outro de “pessoas”, para as quais os códigos seriam apenas formulações distantes e destituídas de sentido.²⁰ Tolentino muitas vezes esbarrou nesse mundo de “pessoas” e em vários momentos lidou mal com esse lado informal, mas consistente, de nossas relações sociais.

¹⁷ Sérgio Buarque de Holanda, 1936, p. 107.

¹⁸ Sérgio Buarque de Holanda, 1936, p. 101. Diz o historiador: “É que nenhum desses vizinhos soube desenvolver a tal extremo essa cultura da personalidade que parece constituir o traço decisivo dessa evolução, desde tempos imemoriais” (32).

¹⁹ Sérgio Buarque de Holanda, 1936, p. 119.

²⁰ Roberto Da Matta, 1981.

Nossa sociedade seria, pois, mais marcada por relações de simpatia do que de “categoria”, para ficarmos com os termos de Antonio Candido, e a filosofia de nosso serviço público lembraria mais o modelo ibérico, que pressupõe o favor, do que o ideal ascético da competência. Cordial, destaca Holanda, vem de “cor” – coração – e nossas relações permaneceriam vinculadas a laços afetivos o que, de certa maneira, limitaria nossa entrada na modernidade. Mais ainda, aí estaria um traço basicamente nacional, que a despeito de não ser “essencial” e imune ao tempo, se revelaria tão persistente como nosso radicalismo.

É nesse sentido que se podem traçar paralelos com a expressão “dialética da malandragem”, elaborada em ensaio clássico de Antonio Candido.²¹ Por meio da figura do bufão, que aparece com certa regularidade na literatura brasileira, e tendo como base o romance de Manuel Antonio de Almeida – *Memórias de um sargento de milícias* –, Candido destrincha uma estrutura particular e de certa maneira original, uma certa dialética da ordem e da desordem na qual tudo seria lícito e ilícito, burla e sério, verdadeiro e falso. Nesse local, a intimidade seria a moeda principal e o malandro reinaria, senhor dessa estrutura avessa ao formalismo que leva à “vasta acomodação geral que dissolve os extremos, tira o significado da lei e da ordem, manifesta a penetração dos grupos, das idéias e das atitudes mais díspares [...]”.²²

Ora nosso Tolentino, funcionário da lei, teria que aprender a negociar ou a se calar, se quisesse fazer parte desse circuito dos poderosos. Por isso, assim como não abriu mão das mercês e honrarias, também traçaria planos certos que implicavam em chegar-se à oligarquia de posses ou de mando. Casaria bem, assim como faria bons matrimônios para seus filhos; consciente que para além do mérito era preciso “dar um tapa na sorte”, para não cair na sina do azar. Além do mais, aceitaria de bom “coração” o bom olhar de amigos seus da política que o colocariam em posições de mando. É certo que fazia sua carreira a partir da demonstração da sua eficiência, mas nada como acomodar outros tipos de “competências”, como essa de fazer boas alianças e de estar ao lado das pessoas certas.

Assim, nossa personagem fez parte, pelas bordas, dessa sociedade das ambivalências e ambiguidades. Num mundo marcado pela escravidão, e no limite pela posse de um homem sob o outro, o discurso do liberalismo sempre significou uma contradição fundamental a dinamitar o terreno seguro dessa monarquia, que se entendia como iluminada e progressista. Por outro lado, a monocultura e o sistema latifundiário opunham-se à imagem do mecenato de Dom Pedro, vendido a bom preço no Velho Continente.

Essa era mesmo uma sociedade de contrastes e o favor era moeda forte, a desfilhar por entre tantas encruzilhadas. Esse tipo de discussão nos conduz de volta ao já clássico debate entre Maria Sylvia de Carvalho Franco e Roberto Schwarz,

²¹ Antonio Candido. *Dialética da malandragem*, 1970/1993.

²² *Idem, ibidem*, p. 51

travado na década de 1970.²³ A autora analisava, entre outras questões, a importância do favor nas relações entre fazendeiros e homens livres na ordem escravocrata. Segundo Maria Sylvia o fato do tropeiro usufruir da hospitalidade do fazendeiro – que cedia pastagens para a sua tropa – trazia consequências perversas: “se esta prática aumenta-lhe o ganho, o preço inconscientemente pago por isto não é pequeno, pois atinge sua própria pessoa, colocando-o na situação de retribuir com seus serviços os benefícios recebidos”²⁴

Cria-se assim uma relação de dependência que implicaria em trocas constantes de favores e é aí que entramos em terreno comum. Diz Maria Sylvia que a troca pressupõe igualdade entre as partes e ocorre, aparentemente, entre pessoas livres e iguais. No entanto, a lógica interna é outra: na mesma medida em que o fazendeiro enriquece mais rápido que o tropeiro, também aumenta a dependência do segundo em relação ao primeiro.

Dessa maneira, para a autora, o favor seria uma espécie de ideologia já que parte de uma premissa falsa: a suposta igualdade entre as partes oculta a realidade da hierarquia do poder. Por fim, a relação de favor camuflaria a possibilidade do trabalhador-livre perceber de que maneira o fazendeiro manipula a situação com vistas à dominação. É justamente pautada nesse tipo de reflexão que Maria Sylvia desautorizaria o uso das ideias liberais no Brasil, dizendo que as mesmas teriam sido absorvidas tal qual ideologia, uma vez que as noções de igualdade e de liberdade obscureceriam as verdadeiras relações de dominação, baseadas na troca de favor.

Estariamos assim, retomando apenas a ideia da manipulação ideológica, presente na dádiva e no “falso favor”? É justamente opondo-se a essa concepção meramente ideológica e política do favor que Roberto Schwarz, recuperando ideias de Antonio Candido, vai desenvolver uma contra-argumentação, ao mostrar como as ideias liberais de igualdade e cidadania jurídica foram justamente traduzidas para o Brasil como favor. Tal “tradução” não viria para encobrir a cidadania, uma vez que o próprio conceito de cidadania seria diferente daquele conformado pelas revoluções burguesas europeias do século XVIII. Assim, a ideia de favor e de privilégio se sobreporia, por aqui, ao conceito de cidadania e seria, mais propriamente, uma versão local. Por isso “as ideias estariam fora do lugar” uma vez que transportadas de outro contexto teriam sido ressignificadas, e adquiridas, em um contexto diferente, sentidos distintos. O favor não diluiria a hierarquia – ao contrário, a reporia – mesmo porque todos parecem saber e reconhecer a hierarquia, que passa a ser peça internalizada nesse jogo da profunda intimidade; do jogo do *cor*.

Não se trata, dessa maneira, de apenas desconstruir discursos na chave política e ideológica, mas antes entender porque esses “textos” continuavam a fazer tanto sentido. No limite, é fácil rir do passado, mais difícil é se permitir compreender. E o caso de nosso Tolentino, justamente por ser um funcionário de Se-

²³ Maria Sylvia de Carvalho Franco. “Dominação pessoal” In: *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1975. Roberto Schwarz. “As ideias fora do lugar” In: *Ao vencedor as batatas*. São Paulo, Duas Cidades, 1977.

²⁴ Carvalho Franco, *op. cit.*, p. 65.

gundo Escalão, ilumina estruturas mais profundas. Sem ser o Leonardo Patarra, Tolentino era também “esperto” dentro do seu ofício e sofreu quando não foi. Se Antonio Candido tem razão ao mostrar que ele representaria o outro lado do “Medalhão”, quem sabe seria possível arriscar dizer que ele era também “esse lado”. Era um radical. Ou seja, que tentou reformas, isso tentou, mas também trafegou à sua maneira nesse mundo da ordem e da desordem. Fez-se comendador e conselheiro, teve sua casa, terminou como diretor de uma instituição de prestígio e morreu com os louros de uma carreira difícil coroada por seus méritos, mas também por símbolos deste mundo do favor; que tanto lhe negou um.

Quer nos parecer, pois, que Tolentino é mais uma personagem desse mundo das ambivalências. Sem ser um malandro; sem contar com favores, ou ter o dote do jeitinho, também deu um jeito de ascender nessa sociedade permissiva a certa flexibilidade.

A obra *Um funcionário da monarquia* é assim um bom exemplo de como uma produção abrangente como a de Antonio Candido não se prende a etiquetas fáceis e invade terrenos. Aqui lemos a obra de um historiador dos mais perspicazes, mas também o resumo de uma interpretação que foi se conformando a cada novo livro. No caso deste livro, voltamos ao pensamento de Antonio Candido a partir de várias pistas: o favor, a intimidade como moeda, o radical. Aqui a história serve como suporte para pensar em interpretações de mais alto alcance e não se limita a repisar um caso isolado. O mérito da carreira de Tolentino é um contraexemplo para pensarmos (pelo outro lado do espelho) nesse mundo dos favorecimentos, dos parentescos, dos prestígios e posições visíveis. A trajetória também ilumina, pelo lado da área de serviços, como funcionava essa sociedade da prebenda e dos títulos honoríficos. Sem “ganhar” os seus, Tolentino teria conquistado muitos deles. Mas a pesquisa de Antonio Candido permite mais: entender como funcionava, por dentro, essa sociedade em que se negociava a cada dia lugares, títulos, relações e mecenatos. Tolentino só triunfou nessa sociedade, pois nem sempre insistiu, apenas, no mérito. É fato que sempre apostou nessa sua qualidade como seu “dote” maior e mais efetivo. No entanto, quando foi preciso “agenciar” relações e contratos sociais o fez também com sua famosa competência.

Nicolau Tolentino é personagem de segundo escalão, mas é também mote de uma trajetória afetiva. Nesse caso, o conceito de *cor*, como coração, funciona com seu sentido mais original e vemos Antonio Candido reescrevendo, também, a história de sua família e sua história. Se não é nossa intenção cair num psicologismo rápido, quem sabe cai bem destacar como seleções afetivas, são muitas vezes, como nesse caso, saídas acertadas.

Aqui não temos uma “obra de segundo escalão”, como poderia parecer numa visão mais apressada. Em *Um funcionário da monarquia* vemos desfilar, de maneira desavisada, uma série de supostos presentes de forma mais direta em outros livros de Antonio Candido. Tolentino é, assim, texto e pretexto para retomarmos temas que fazem do mestre um grande intérprete da nossa nacionalidade.